

Destaque

FENALAC DIZ QUE É “DIFÍCILIMO REMUNERAR A MATÉRIA-PRIMA A UM VALOR SUPERIOR”

Cooperativas remuneram o leite “o melhor possível face às condições do mercado”

Págs. VI e VII



Destques

Partidos da esquerda parlamentar querem reverter estatuto jurídico da Casa do Douro

Págs. II e III

Há 450 mil euros para desenvolver o agroalimentar do Baixo Tâmega

Pág. VI

Combilift investe 50 milhões na Irlanda e quer duplicar produção de empilhadores até 2023

Págs. IV e V

Carne ‘Minhota’ quer triplicar as vendas e aguarda designação DOP

Pág. VIII

Editorial

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt



Irão 380 mil toneladas de leite em pó parar ao lixo?

Na transição do mês em que se exalta a Liberdade para este ‘Maio, Maduro Maio’ do Trabalhador, as estrofes do poema de Sophia de Mello Breyner Andresen ‘Vemos, ouvimos e lemos / Não podemos ignorar’ interpelam-me para a escrita deste editorial.

O eurodeputado do PCP Miguel Viegas visitou em janeiro, em Liège (Bélgica), um dos armazéns usados pela Comissão Europeia para guardar o leite em pó comprado em 2015 e 2016 nas diversas intervenções previstas na Política Agrícola Comum (PAC) para evitar a derrocada dos preços após o fim das quotas leiteiras em abril de 2015.

Ao todo, nos vários silos localizados em alguns países europeus, há cerca de 380 mil toneladas de produto armazenado, o qual, ao preço de intervenção de 169,8 euros/100 quilos - acima dos valores médios de mercado do leite em pó para alimentação humana (162,9 euros/100 quilos) -”, não tem suscitado o interesse da indústria.

Ora, o prazo de validade de três anos está a esgotar-se para a maioria do leite em ‘stock’.

E a Comissão Europeia não mostra ter, para já, qualquer resposta para o problema. Ou seja, se nada for feito, está-se na iminência de ter de destruir centenas de milhares de toneladas de leite.

Perante isto, a pergunta que qualquer cidadão de princípios e livre de pensamento tem o dever de colocar é:

- Irá a Comissão Europeia permitir, mesmo por inação, tamanha enormidade?

Para mais quando há 795 milhões de pessoas que se deitam diariamente com o estômago vazio, como referia há tempos a diretora executiva da UNICEF Portugal, Madalena Marçal Grilo?

E quando o ‘Relatório Global sobre Crises Alimentares’ da FAO nos diz que, em 2017, cerca de 124 milhões de pessoas em 51 países foram afetadas pela insegurança alimentar – mais 11 milhões que em 2016 – devido a novos conflitos ou a conflitos que se intensificaram, designadamente em Mianmar, no nordeste da Nigéria, Congo, Sudão do Sul e Iémen ou derivado do impacto das secas na produção agrícola e pecuária em países como a Somália, Sudeste da Etiópia e Leste do Quênia, e nos países da África Ocidental, incluindo Senegal, Chade, Níger, Mali, Mauritânia e Burkina Faso?

Miguel Viegas lançou o repto para que o leite armazenado possa ser doado ao Programa Alimentar Mundial e ao Alto Comissariado da ONU para os Refugiados. Mas, meses depois, ainda não há respostas. Nem decisões.

Mais do que política, esta é, acima de tudo, uma questão moral.

Vemos, ouvimos e lemos. Não podemos ignorar.

PDR 2020 ainda tem 222 milhões para a floresta

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

O Governo está empenhado na promoção e captação de investimento para a floresta, estabelecendo medidas que diminuam o risco que os incêndios rurais e as pragas e doenças representam para a floresta”, afirmou o secretário de Estado da Agricultura e Alimentação, Luís Vieira, na última semana, em Lisboa, na sessão de abertura da 2ª edição do “Prémio Floresta e Sustentabilidade”.

O governante explicou que o Programa de Desenvolvimento Rural (PDR 2020) dispõe de uma dotação de 536 milhões de euros para a floresta, estando neste momento “contratualizados 2707 projetos, envolvendo um apoio público de 314 milhões de euros”. Até ao momento, adiantou, foram pagos 153 milhões de euros. Restam, portanto, disponíveis 222 milhões de euros de apoios, sendo que, frisou o secretário de Estado, os concursos aos apoios florestais estão a ser “regionalizados” de forma a “aumentar a eficácia da resposta às necessidades de cada região”.

Para além da vertente do investimento, Luís Vieira abordou os outros vetores que estruturam a reforma da floresta: o ordenamento florestal e a gestão sustentável. No campo do ordenamento, referiu que os programas regionais de ordenamento florestal estarão “prontos até ao final do primeiro semestre”, sendo que o próximo desafio é a sua transposição para os planos diretores municipais, com recurso aos gabinetes técnico florestais intermunicipais. E referiu que “as zonas de intervenção florestal e os baldios são parceiros chave no âmbito da gestão sustentável”. O Governo, sublinhou Luís Vieira, está, aliás, “a preparar apoios específicos para a melhoria de gestão destas áreas”.

Durante a sua intervenção, o secretário de Estado destacou ainda a aprovação do Programa Nacional de Regadios, com uma dotação de 530 milhões de euros, para apoiar a instalação de 95 mil hectares, correspondente a novas áreas e à requalificação de regadios.

“A reforma da floresta e o regadio procuram responder aos desafios que nos coloca um dos principais problemas do nosso século - as alterações climáticas”, disse Luís Vieira, notando que estas mudanças de clima “constituem um aspeto crítico a que as florestas têm de responder, seja através da sua adaptação, seja através do seu papel na mitigação das mesmas”.

A forma como o novo Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia e a nova PAC irão responder às políticas no domínio da Floresta e do Regadio foram também abordadas. “A nova PAC será apresentada no princípio de junho, procurando o Governo no processo negociado que se avizinha, acautelar a existência de uma dotação financeira adequada para a floresta e para o regadio, assim como uma maior flexibilidade nas elegibilidades, para garantir o reforço das políticas nestes domínios”, assegurou o governante.

O PSD, QUE TRANSFORMOU A INSTITUIÇÃO NUMA ENTIDADE PRIVADA, QUER A CRIAÇÃO DE UM GRUPO DE TRABALHO

Partidos da esquerda parlamentar querem reverter estatuto jurídico da Casa do Douro

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Foi fundada em 1932 para proteger e disciplinar a produção na Região Demarcada do Douro (RDD), atravessou vários regimes políticos e sucessivos governos, mas o seu estatuto jurídico ainda está longe de ser consensual. Falamos da Casa do Douro (CD), à qual o anterior Governo PSD-CDS alterou os estatutos através do Decreto-Lei 152/2014, extinguindo-a como associação pública, definindo o regime de regularização das suas dívidas, avaliadas à data em 160 milhões de euros, e transformando a instituição numa associação de direito privado, de inscrição voluntária.

Hoje, a Casa do Douro/Federação Renovação do Douro representa 50% da RDD, tem 28 membros federados, representando 10 203 vitivinicultores, num universo de 20 934, e 21 425 hectares, num total de área de vinha plantada de 43 468. Criada no século XVIII pelo Marquês de Pombal e a primeira região vitícola delimitada e regulamentada do mundo, a RDD estende-se por 21 municípios dos distritos de Bragança, Guarda, Vila Real e Viseu, cobrindo uma área de cerca de 2500 km².

Na última semana, a Assembleia da República apreciou três projetos de lei – do PS, PCP e Bloco de Esquerda – e um projeto de resolução – do PSD – que visavam reverter o atual estatuto jurídico da CD e transformá-la, de novo, numa entidade de direito público.

O projeto de lei do PS queria devolver à CD competências que lhe permitirão o exercício de novas atividades que lhe estavam vedadas”. O PCP dizia que os anteriores governos “esvaziaram progressivamente” a CD do seu papel regulador da RDD e que a atual entidade privada “não representa o conjunto dos produtores deixando de fora importantes subsectores”, como as cooperativas e os produtores engarrafadores. Por sua vez, o Bloco de Esquerda referia que o atual estatuto da CD derivou numa “situação de concorrência e representatividade por catálogo”, “beneficiando nos critérios de representatividade a área de vinha plantada em detrimento do número de produtores”.

Casa do Douro: discussão na especialidade por 60 dias

Porém, os projetos do PS, PCP e BE não chegaram a ser votados. Baixaram

à discussão na especialidade, por 60 dias, depois de o PS e o PSD terem manifestado disponibilidade para o diálogo. Já o PSD, que tinha apresentado um projeto de resolução a propor o envolvimento do Governo através da criação de um grupo de trabalho no Ministério da Agricultura para rever o quadro legal do setor e para criar mecanismos de apoio, também baixou à discussão na Comissão de Agricultura e Mar.

Ao que a “Vida Económica” apurou, as bancadas do PS e do PSD convergiram no sentido de promover o diálogo, de modo a resolver as dificuldades que o setor vitivinícola atravessa na região do Douro. O deputado do PS Ascenso Simões apelou a que todos os deputados “possam estar à altura das responsabilidades” para resolver o problema da “organização institucional” da CD, já que, segundo disse, “desde 1984 não há nenhuma sessão legislativa em que a Casa do Douro não seja debatida no parlamento”.

O deputado socialista sublinhou, aliás, que, “pela primeira vez desde que o Marquês de Pombal instituiu a região”, em 1756, “o mercado interno foi mais relevante do que a exportação, para o vinho do Porto”, o que, em sua

opinião, significa que, “a prazo”, o “benefício do vinho do Porto pode estar em causa”.

Por sua vez, o PSD e o CDS-PP criticaram os projetos de diploma para retomar a “inscrição obrigatória” na Casa do Douro e o deputado socialista Ascenso Simões admitiu “ponderar” essa questão em discussão na especialidade.

Para o PCP, a inscrição obrigatória “é vital” e “essencial para a defesa dos produtores” da região e, para o BE, o retorno da natureza da CD a associação pública de inscrição obrigatória garante “um retorno a uma gestão democrática”.

Presidente da Casa do Douro fala de “anacronismo” e “precipitação legislativa”

Questionado sobre a panóplia de projetos de diploma em discussão, António Lencastre, presidente da Casa do Douro, fala de “anacronismo” e da “precipitação legislativa trazida a reboque de um projeto lei iniciático do Bloco de Esquerda me-

ramente reprodutor de veículos legislativos do início do século”.

“O que releva destas iniciativas parlamentares é – lembrando que a atual



António Lencastre, presidente da Casa do Douro.

casa do Douro, desde a sua constituição, nunca deixou de ser alvo de ataques sistemáticos para a sua aniquilação – a incapacidade, a todos os títulos ofensiva, do poder político central em permitir que a região se autodetermine e encontre os caminhos fundadores da sua recuperação, interferindo constantemente na regulação e regulamentação do edifício produtivo regional”, diz António Lencastre à “Vida Económica”.

O presidente da CD não deixa, aliás, de criticar a “irreprimível tentação do poder político ideologicamente centralizado em dominar uma região e os seus atores produtivos através do seu arrebanhamento compulsivo”. Ainda assim, António Lencastre está convicto de que esta “torrente” legislativa irá desembocar no “eventual surgimento de um diploma comum em sede de discussão especializada”.

Venda de vinhos da extinta Casa do Douro rende 1,7 milhões

Em abril, a comissão administrativa do património da extinta Casa do Douro, com sede no

Peso da Régua, criada em maio de 2016 pelo atual Governo para a regularização das dívidas da extinta Casa do Douro e da situação dos trabalhadores, colocou à venda 86 900 litros de vinho do Porto, alguns deles dos anos 1934, 1935 e 1940 ou 1950.

O responsável pela comissão, Agostinho Santa, referiu à agência Lusa que o ato formal de abertura de propostas para a compra dos vinhos “decorreu normalmente” e que os vinhos arrematados renderam 1,7 milhões de euros.

“A venda foi um êxito”, disse aquele responsável, explicando que quinze empresas apresentaram propostas para a maior parte do vinho que foi colocado à venda. Dos 33 lotes de vinhos, só não se venderam três. Ainda assim, “como a oferta superou o preço base, conseguimos fazer o dinheiro que estávamos a prever”, disse Agostinho Santa, frisando que o objetivo era conseguir fazer negócios na ordem dos 1,7 milhões de euros, necessários para pagar dívidas a credores privados da Casa do Douro, como fornecedores de serviços e produtos.

Já em 2017 tinham sido colocados à venda 81 mil litros de vinho. As receitas foram canalizadas para pagamento de salários em atraso aos trabalhadores.

Produção mundial de vinho cai 8,6% devido às condições climáticas adversas

Um relatório da Organização Internacional da Vinha e do Vinho (OIV) divulgado em finais de abril (disponível em www.oiv.int) revela que a produção mundial de vinho atingiu os 250 milhões de hectolitros, ou seja, menos 8,6% face a 2016. Na União Europeia, a produção recuou 14,6%, para 141 milhões de hectolitros, devido às condições climáticas adversas.

Portugal, classificado como 11.º maior produtor mundial, andou em contraciclo. A produção atingiu 6,6 milhões de hectolitros, ou seja, mais 10% face a 2016, registando o segundo valor mais

elevado dos últimos cinco anos.

Os três maiores produtores de vinho a nível mundial registaram quebras apreciáveis. Em Itália, a produção terá caído 17%, segundo a OIV, para 42,5 milhões de hectolitros, e em França a queda foi de 19%, para 36,7 milhões de hectolitros. Espanha terá registado um decréscimo de 20%, para 32,1 milhões de hectolitros.

Por sua vez, o consumo mundial de vinho aumentou 0,7%, para os 243,3 milhões de hectolitros e os EUA continuam a ser o maior mercado mundial, com 32,6 milhões de hectolitros consu-



Manuel Novaes Cabral, presidente do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto (IVDP).

midos (+ 2,9%). Segue-se a França, com 27 milhões (-0,4%). A China registou um aumento de 3,5%, para 17,9 milhões de hectolitros, ocupando a quinta posição mundial.

Vendas de vinhos do Douro atingiram 556 milhões de euros

Em Portugal, o consumo está ligeiramente em queda. Os portugueses beberam 4,5 milhões de hectolitros (- 2%), mas o país mantém o 12.º lugar entre os consumidores de vinho, com 51,4 litros de vinho ‘per capita’.

As exportações de vinho cifraram-se em 107,9 milhões de hectolitros em 2017 (+ 3,8%), atingindo os 30,4 mil milhões de euros (+ 5,1% face a 2016). Portugal é o nono maior exportador em volume (2,9 milhões de hectolitros), tendo as exportações atingido 778 milhões de euros, em resultado, sobretudo, da recuperação das vendas para mercados como Angola (+40% em valor face a 2016) e Brasil (+53%). Espanha lidera o ranking de exportadores em volume (22,1 milhões de hectolitros e 20,5% do total), mas a França lidera em valor, registando vendas de nove mil milhões de euros em 2017.

Em entrevista à “Vida Económica” publicada no suplemento “AgroVida” de abril, Manuel Novaes Cabral, presidente do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto (IVDP), referia que as vendas de vinhos oriundos da Região Demarcada do Douro (RDD) registaram valores “record” em 2017, cifrando-se em 556 milhões de euros (380 milhões referentes ao vinho do Porto e 157 milhões relativos aos vinhos DOC Douro). Isto, apesar de, em 2017, a quantidade ter baixado 1,7% no vinho do Porto. O preço médio, esse, aumentou 2,6%, para cinco euros/litro.

O vinho do Porto contribui, aliás,

com 40,1% para as exportações nacionais de vinho. As vendas para Inglaterra, Brasil, Rússia e China são as que mais têm crescido. No entanto, em 2017, Portugal foi o principal consumidor de vinho do Porto, devido, sobre-

tudo, ao aumento do turismo, com as vendas a chegarem aos 73,7 milhões de euros (+ 6,1% em valor). O preço médio do vinho do Porto no mercado português subiu para os 5,81 euros/litro.

Vendas Vinhos da região Demarcada do Douro com DOP/IGP

Vinho	2013	2014	2015	2016	2017
Porto					
milhões de litros	79,5	79,1	77,7	77,3	76,0
milhões de euros	367,6	366,0	367,9	377,0	380,3
euros/litro	4,63	4,63	4,73	4,87	5,00
Douro					
milhões de litros	25,2	28,9	31,5	35,7	39,9
milhões de euros	101,8	113,4	126,8	142,0	157,3
euros/litro	4,04	3,92	4,02	3,98	3,94
Moscatel					
milhões de litros	3,1	3,4	3,1	3,4	3,4
milhões de euros	9,9	10,8	9,5	10,5	10,8
euros/litro	3,16	3,15	3,05	3,12	3,16
Espumante					
milhões de litros	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
milhões de euros	0,4	0,5	0,5	0,5	0,7
euros/litro	7,41	7,85	7,73	7,60	7,51
Duriense					
milhões de litros	4,3	4,0	3,9	3,8	3,5
milhões de euros	5,7	5,6	6,0	6,3	6,5
euros/litro	1,33	1,41	1,55	1,64	1,83
TOTAL					
milhões de euros	485,4	496,3	510,8	536,3	555,5
euros/litro	4,33	4,30	4,39	4,46	4,52

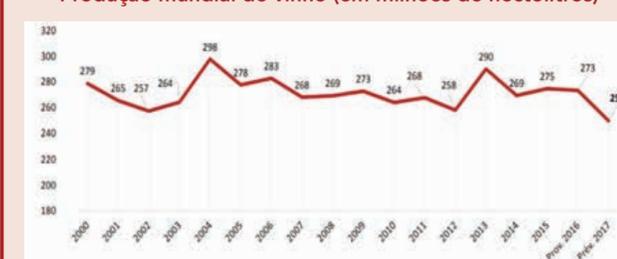
FONTE: Instituto dos Vinhos do Douro e Porto (IVDP).

Vendas Vinhos do Porto 2017

	M €	var%	M cxs	var%	€/litro	var%
Portugal	73,7	6,1	1,4	0,3	5,81	5,8
França	72,8	-4,4	2,2	-5,3	3,70	1,0
Reino Unido	50,1	5,8	1,0	5,9	5,39	-0,1
Holanda	42,1	-2,4	1,2	-3,3	3,93	1,0
EUA	33,5	-0,7	0,4	-0,6	9,16	0,0
Bélgica	28,6	-5,5	0,8	-7,0	4,02	1,5
Dinamarca	13,4	7,3	0,2	1,0	8,63	6,2
Alemanha	12,7	5,4	0,3	5,2	4,21	0,2
Canadá	12,2	0,4	0,1	-4,8	9,52	5,5
Espanha	5,0	7,4	0,1	0,4	4,56	7,0
TOTAL	380,3	0,9	8,4	-1,7	5,00	2,6
% 10 principais	90,5%		92,3%			

Nota do IVDP: em 2017 as vendas de Porto foram efetuadas por 108 empresas (das quais 94 exportaram) tendo por destino 113 mercados (incluindo o nacional).
FONTE: Instituto dos Vinhos do Douro e Porto (IVDP).

Produção mundial de vinho (em milhões de hectolitros)



FONTE: OIV

Consumo mundial de vinho (em milhões de hectolitros)



FONTE: OIV

EMPRESA QUER AJUDAR EMPRESAS DO AGROALIMENTAR A CONSEGUIREM GANHOS DE ESPAÇO NA ARMAZENAGEM DO PRODUTO FINAL

Combilift investe 50 milhões na Irlanda e quer duplicar produção de empilhadores até 2023

A Combilift, fundada em 1998, o maior fabricante mundial de empilhadores multidirecionais – mais de 40 mil unidades vendidas em 85 países – e líder em soluções de manuseio de cargas longas, inaugurou na última semana, em Monaghan, Irlanda, uma nova unidade industrial com 45.500 m² na qual foram investidos 50 milhões de euros.

A empresa irlandesa, que ambiciona duplicar a produção de empilhadores nos próximos cinco anos e chegar aos 750 trabalhadores em 2020, está a crescer em todas as geografias e setores de atividade. À "Vida Económica", o CEO, Martin McVicar, diz que os setores da produção, transformação e distribuição de produtos alimentares são "uma oportunidade de negócio" para a companhia.

TERESA SILVEIRA, EM MONAGHAN *
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Em 1998, dois engenheiros – Martin McVicar e Robert Moffett – juntaram a amizade, o conhecimento, a visão estratégica e o capital e fundaram, na cidade de Monaghan, a escassos quilômetros da fronteira com a Irlanda do Norte, a Combilift. Arrancaram com a construção do primeiro empilhador mundial multidirecional com motor de combustão interna e tração total às quatro rodas e, no primeiro ano, produziram 18 unidades, 17 das quais para exportação.

Em 20 anos, transformaram



Modelo 'Combi-WR Walkie Reach-Stacker'. "Estamos prontos para começar a produzir; estamos a aceitar encomendas", revelou o CEO, Martin McVicar.

a companhia naquilo a que o primeiro-ministro do país, Taoiseach Leo Varadkar, chamou "uma incrível história de crescimento e de sucesso" e a ministra da Atividade Empresarial, das Empresas e da Inovação, Heather Humphreys, disse ser "a prova de que não é necessário estar numa grande cidade para conseguir ter sucesso à escala global".

A empresa irlandesa regista um volume de negócios de 320 milhões de euros e investe anualmente 7% da receita em investigação e desenvol-

vimento como parte da sua estratégia em busca de novos protótipos e modelos mais seguros, eficientes e económicos, destinados a elevar cargas em ambiente industrial. Exporta 98% da sua produção para 85 países, incluindo para Portugal (grupo Tima), através da sua rede internacional de 250 representantes. O porto de Dublin (a cerca de 150 quilômetros), o maior da Irlanda – movimento cerca de dois terços do tráfego portuário do país – é estratégico para a expedição dos seus produtos.

A Combilift emprega 550 pessoas na montagem dos seus vários modelos de empilhadores. Desde que anunciou a construção da nova unidade, em agosto de 2015, já contratou mais 230 pessoas e tem a intenção de criar mais 200 novos postos de trabalho nos próximos três anos. A antiga fábrica, localizada a poucos quilômetros da atual, deverá ser desmantelada.

dividuais. Na sua cobertura foram instalados pelo grupo KES painéis solares capazes de fornecer 185 kW de energia. Representou um investimento de 50 milhões de euros e ocupa uma área de 46.500 m² num terreno com 11,6 hectares, o que permitirá à empresa poder acomodar uma possível expansão da área fabril. Atualmente, a fábrica ainda labora num só turno, de segunda a sexta-fei-



Taoiseach Leo Varadkar, primeiro-ministro da Irlanda, e Heather Humphreys, ministra da Atividade Empresarial, das Empresas e da Inovação.

A nova unidade industrial, com quatro linhas de montagem de 90 metros e capacidade para montar um novo empilhador a cada 15 minutos, é iluminada no interior por 1100 luzes 'LEDs' com sensores in-

ra, entre as 08 horas e as 17, mas a capacidade instalada e o crescente volume de encomendas permite supor que o horário de laboração deverá alargar-se em breve para novos turnos.

"Precisamos de mais empresas com origem local, como a Combilift, se quisermos alcançar a nossa visão e um futuro próspero para as comunidades que vivem em todo o país", disse o primeiro-ministro Taoiseach Leo Varadkar na cerimónia de inauguração, salientando que a Combilift "contribui de forma significativa para o sucesso de Monaghan e para a economia do país", pelo que desejou aos seus fundadores "todo o sucesso para o futuro".

Agroalimentar: "uma oportunidade de negócio"

Na conferência de imprensa que se seguiu à inauguração, na qual marcaram presença dezenas de jornalistas de todo o mundo, Martin McVicar fez questão de frisar que o sucesso da companhia se deve também "à customização" dos produtos à medida das necessidades dos



Os 550 funcionários da Combilift e centenas de convidados externos assistiram à inauguração.

clientes. "A Combilift estabeleceu um padrão de referência para a produção em massa de produtos inovadores personalizados", disse o CEO. Aliás, acrescenta, "a customização é a nova ligação entre o cliente e o fabricante, porque cada vez mais os clientes esperam que os produtos sejam adaptados para atender às suas necessidades".

Entre os vários setores de atividade onde são utilizados, os empilhadores Combilift têm aplicação crescente na indústria alimentar. Questionado pela "Vida Económica", Martin McVicar explicou que os setores da produção, transformação e distribuição de produtos alimentares são "uma oportunidade de negócio" para a

companhia em várias regiões do mundo.

"Quando falamos em alimentação e em indústria alimentar, falamos de diferentes tipos de produtos e matérias-primas e do seu manuseamento. E falamos em produção, transformação e distribuição. E todos sabemos que, quando estamos numa fábrica de produtos alimentares, essa companhia gera receitas em função daquilo que produz e não daquilo que tem em armazém. Portanto, essa empresa gera tanto mais valor quanto mais ingredientes ou matérias-primas movimentar e transformar em produto final", explicou o CEO. Portanto, "a Combilift gera valor ao ajudar as empresas a reduzir espaço

na armazenagem do produto final, mas, também, na redução de espaço na armazenagem de matérias-primas", diz.

Revelando que têm "grandes clientes na indústria alimentar em vários países", Martin McVicar adiantou que, "mesmo no setor produtivo, estamos a perceber que a aplicação dos nossos empilhadores 'pedestrians' [Modelo 'Combi-WR Walkie Reach-Stacker'] é uma solução muito interessante no setor alimentar, porque há muitos trabalhadores a movimentarem produtos em pequenos espaços".

Ciente de que "o negócio no setor alimentar representa uma oportunidade em muitos países", o CEO da Combilift disse

que "podia citar várias regiões do mundo" onde o crescimento desse negócio se está a dar. Referiu que, "na Índia, por exemplo, está a haver um crescimento enorme do número de armazéns frigoríficos para produtos alimentares", o que faz desenvolver as necessidades de equipamentos para elevação desses produtos.

E, na verdade, acrescenta, "no setor da distribuição, não importa se estamos em presen-

ça de um país desenvolvido ou em desenvolvimento, porque as oportunidades são enormes". Na Colômbia, por exemplo, "a produção e distribuição de produtos alimentares é enorme e, qualquer que seja o setor de transformação, ele tem de movimentar matérias-primas e produto acabado e, por isso, os nossos empilhadores são uma mais-valia", concluiu.

* A jornalista viajou a convite da Combilift.



- Martin McVicar, fundador e CEO da Combilift, ladeado pela ministra da Atividade Empresarial, das Empresas e da Inovação da Irlanda, Heather Humphreys, e de Robert Moffett, fundador da empresa.

PIB da Irlanda aumentou 7,8% em 2017

A Irlanda, com 4,7 milhões de habitantes, foi, em 2015, a 42ª economia do mundo e a 12ª da UE, segundo dados do Banco Mundial citados pela AICEP. Sofreu grandes transformações nas últimas duas décadas e está muito focada no setor dos serviços e nas indústrias 'high-tech'.

Os serviços (73,5% do total, ou seja, 84% da população ativa em 2015) são o principal setor da economia na composição do PIB, seguindo-se a indústria (24,9% e 11% da população ativa) e o setor agrícola (1,5% e 5% da população ativa), com forte produção de leite e carne.

Antes da crise financeira, a Irlanda registou uma taxa média anual de 5% entre 2001 e 2007, contrastando com o período fortemente recessivo da atividade económica verificado entre 2008-2009 (-4,5% em média anual).

As respostas políticas para atenuar o impacto da crise financeira mundial agravaram as finanças públicas e o sistema bancário, o que deu origem, em novembro de

2011, a um programa de ajuda financeira externa no montante de 85 mil milhões de euros a três anos pelo Fundo Monetário Internacional, União Europeia e Banco Central Europeu.

Depois de um programa de austeridade fiscal e de várias reformas, a economia irlandesa iniciou a recuperação. Em dezembro de 2013 regressou aos mercados financeiros sem ter de recorrer a uma linha cautelar de crédito adicional. Em 2014 deu-se um forte crescimento do PIB (8,5%), após +1,1% em 2013, -1,1% em 2012 e -0,1% em 2011. E tudo impulsionado pelo aumento das exportações de bens e serviços e do investimento, sobretudo na indústria transformadora.

Em setembro de 2015, o Governo anunciou o plano plurianual "Infrastructure and Capital Investment 2016-2021", com o objetivo de apoiar o investimento e consolidar o crescimento económico e com a previsão de criar mais de 45 mil postos de trabalho. Apostaram no investimento nos

setores dos transportes, imobiliário, energias renováveis, saúde e educação.

As recentes estimativas do "Central Statistics Office" revelam que, em 2015, o PIB da Irlanda cresceu 26,3%, impulsionado pelo aumento das exportações de bens e serviços e do investimento (que terá aumentado 32,5% face ao ano anterior). O consumo privado cresceu +4,5%.

A economia irlandesa cresceu 3,2% no último trimestre de 2017. No mesmo ano, o PIB aumentou 7,8% (5,1% em 2016) e o país fechou o ano com uma taxa de desemprego de 6,1%.

Um estudo da consultora Euler Hermes (maio 2016) avaliou o possível impacto do 'Brexit' fora do Reino Unido e previu um "impacto forte" a curto/médio prazo no caso da Irlanda. Segundo as estimativas, num cenário mais favorável (que prevê uma saída do Reino Unido da UE com um Acordo de livre comércio), o 'Brexit' poderá gerar uma quebra equivalente a cerca de 0,9% do PIB na economia do país.

Grupo TIMA quer crescer com a Combilift

O grupo TIMA, fundado em 1965, é o representante oficial da Combilift em Portugal. Opera na comercialização, aluguer, prestação de assistência técnica e venda de peças de origem para empilhadores e máquinas de elevação, também representando outras marcas com outros fins operacionais – a UniCarriers (japonesa), por exemplo, a AUSA (de origem espanhola, cujos equipamentos são muito usados na agricultura) ou a Faresin (de origem italiana, que produz elevadores telescópicos).

A "Vida Económica" foi encontrar na Irlanda Teresa Vieira Camilo Alves, CEO da empresa e filha do fundador, e José Carapinha, diretor comercial. Ambos não têm dúvidas: apesar dos "prazos de entrega demasiado dilatados face à procura do mercado" – por vezes até seis meses –, que se devem ao "aumento muito grande das vendas que os fornecedores a montante da produção não estão a conseguir acompanhar", a

marca Combilift "distingue-se pela fiabilidade, pela qualidade e pela durabilidade", diz Teresa Alves.

"É um produto específico e a fiabilidade e a qualidade face à concorrência são únicas", garante a CEO, explicando que a empresa irlandesa produz "modelos estandardizados, mas, também, customiza à medida do cliente" e disponibiliza "equipamentos simples, mas eficazes". O preço médio por unidade varia "entre os 60 e os 70 mil euros" e a empresa portuguesa vende cerca de "35 a 40" equipamentos da Combilift por ano. E cerca de "70% do mercado já elétrico".

Certo é que, com a abertura da nova fábrica, em Monaghan, as vendas da marca em Portugal deverão subir e a capacidade de resposta também deverá melhorar. A CEO do grupo TIMA diz mesmo: "tenho a certeza que haverá crescimento" das vendas, tanto mais porque, além dos setores da metalomecânica, da construção civil ou das



Teresa Vieira Camilo Alves, CEO do grupo TIMA e filha do fundador, e José Carapinha, diretor comercial.

madeiras, que são os maiores clientes, o agroalimentar, por exemplo, "é um mercado a explorar, tanto para o inter-

rior como para o exterior" das fábricas. Sobretudo, diz José Carapinha, "em caso de reestruturação de armazéns", quando é necessário ganhar mais espaço.

Uma coisa é certa: se terminassem as "cativações" nos pagamentos dos apoios do Portugal 2020, mais empresas tomariam a iniciativa de investir em novas máquinas e as vendas subiriam. Mas, como estão as coisas, "com as candidaturas feitas e aprovadas, mas paradas e sem que as empresas recebam o dinheiro, outras que tencionavam gastar param os investimentos porque veem o exemplo e não arriscam", diz Teresa Alves.

O grupo TIMA, sediado em Lisboa, emprega 52 pessoas, das quais 35 técnicos que circulam em carros-oficina equipados para darem assistência aos clientes. Dispõe de mecânicos residentes em Coimbra e de quatro pontos de assistência no resto do país (Maia, Ourém, Sacavém e Silves).

Novo regulamento europeu "não responde às tendências de industrialização da produção biológica"

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

O novo regulamento dos produtos biológicos, aprovado, na última semana, pelo Parlamento Europeu e que entra em vigor a 1 de janeiro de 2021, atualiza as normas de produção e rotulagem, alarga o âmbito a uma lista mais vasta de produtos (como o sal marinho e as rolhas de cortiça), reforça o sistema de controlo e torna mais justa a concorrência entre os produtos europeus e importados. O objetivo é incentivar o desenvolvimento sustentável da produção biológica na União Europeia (UE), garantir condições de concorrência leal para os agricultores, evitar fraudes e práticas desleais e melhorar a confiança dos consumidores nos produtos biológicos.

O eurodeputado comunista Miguel Viegas não tem dúvidas de que "o novo regulamento contém aspetos positivos". Não resolvendo todas as derivações que desvirtuavam o conceito, a nova legislação dá,

no entanto, "um sinal claro ao limitar o seu uso no tempo". À "Vida Económica", Miguel Viegas faz questão de explicar que, "até aqui, certos países podiam usar solos reconstituídos artificialmente para cultivar produtos biológicos e, agora, apenas poderão fazê-lo até 2024". O mesmo se passa em relação a sementes industriais ou a pontos do dia oriundos de incubadoras intensivas, cujo uso era permitido por falta de alternativas. A certificação, diz o eurodeputado, "irá ser feita ao longo de toda a cadeia produtiva e não apenas no produto final e pequenos produtores poderão associar-se e recorrer a uma certificação de grupo criada neste novo regulamento".

O "ponto negativo", diz, consiste num "excessivo enviesamento do regulamento para o produto biológico, remetendo para segundo plano a componente social e ambiental do conceito de produção biológica", uma vez que "a produção biológica é muito mais do que

a produção de alimento sem aditivos químicos", sendo um modo de produção que "preserva os ecossistemas e a biodiversidade e garante a sustentabilidade do território". Por outro lado, o regulamento é "omisso" e "não dá resposta às atuais tendências de industrialização da produção biológica". Para Miguel Viegas, "deveria haver limites às áreas cultivadas e instrumentos que promovam os circuitos curtos de produção e comercialização". E, "ao contrário, o que este regulamento faz é a apologia da exportação, contrariando, assim, os fundamentos do conceito de agricultura biológica".

A agricultura biológica ocupava em Portugal 6,9% da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) em 2016, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE). No final de 2016, Portugal detinha 245.052 hectares de área certificada ou em vias de conversão para a produção agrícola em modo biológico.

Há 450 mil euros para desenvolver o agroalimentar do Baixo Tâmega

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Amarante quer desenvolver o agroalimentar. Depois de dois anos a identificar o potencial do setor e a auscultar os agentes do território através de mais de 200 entrevistas (a empresas, entidades públicas e associações empresariais e setoriais), consultorias e workshops, foi apresentado em abril o Plano de Desenvolvimento do Setor Agroalimentar do Baixo Tâmega. Desenvolvido pela consultora Ruris, envolve a Câmara de Amarante, através da InvestAmarante, e as associações empresariais de Baião, Celorico de Basto e Marco de Canaveses.

O documento, a que a "Vida Económica" teve acesso, traça uma radiografia do agroalimentar da região - perfil das empresas por subsector e potencialidades -, analisa as condições críticas de crescimento e desenvolvimento a partir da cadeia de valor e dos fatores críticos de competitividade, identifica formas de cooperação entre PME ao nível do relacionamento com fornecedores e distribui-

dores e na transferência de conhecimento científico e técnico para a produção e reconhece o potencial de integração com segmentos estratégicos regionais, nomeadamente o turismo gastronómico, a saúde e bem-estar e a cultura.

Identifica ainda oportunidades para novos produtores, através do conhecimento de novos produtos ou novas técnicas de produção e tecnologias emergentes (alimentos funcionais, novas tecnologias de processamento, 'packaging' ambiental) e traça cenários de evolução estratégica.

O plano de ação, em cinco eixos e que representa um investimento de cerca de 400 mil euros - 150 mil euros/ano -, foi desenhado numa perspetiva de curto prazo (três anos). Tem a ambição de "traduzir a visão, missão e objetivos estratégicos em ações que permitam implementar o 'Food Cluster Revolution'" e visa "operacionalizar parte da estratégia de desenvolvimento do agroalimentar do Baixo Tâmega".

Apresentando uma perspetiva transversal do setor, o plano

engloba um conjunto de ações, entre as quais a criação de uma incubadora/academia exclusivamente dedicada ao agroalimentar, um banco de terras regional e a promoção de cursos técnicos de curta duração (dois anos) nos vários âmbitos de atuação da atividade agroalimentar: inglês, relações públicas e atendimento ao público, contabilidade, gestão, técnicas produtivas, marketing, distribuição, TICE, inovação, agricultura biológica, agricultura de precisão e digital, rotulagem, HACCP, entre outros. Também será elaborado um plano de marketing e realizadas ações de capacitação.

Esta primeira parte representa a maior fatia de investimento, estando contempladas ações que visam incentivar, estimular, organizar, capacitar e desenvolver os 'players' do agroalimentar do território, bem como permitir a promoção e valorização do setor.

Numa segunda parte, também foi apresentado um plano de ação setorial, que contempla ações em quatro subsectores: vinho; mel e compotas; hortícolas; gastronomia.

FENALAC DIZ QUE É "DIFÍCILIMO REMUNERAR A MATÉRIA-PRIMA A UM VALOR SUPERIOR"

"Remuneramos o leite o melhor possível face às condições do mercado"

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

A FENALAC - Federação Nacional das Cooperativas de Produtores de Leite, que agrega quatro cooperativas no continente - Agros, Proleite, Lacticoop e Serraleite - e representa cerca de 70% do setor lácteo do território continental, garante que está a pagar o leite aos produtores "ao melhor preço possível face às condições do mercado".

Instituto Nacional de Estatística (INE) em outubro de 2016, dava conta de uma "profunda reestruturação do setor do leite em Portugal", que, em 25 anos (1989-2013), fez aumentar em mais de oito vezes a dimensão média do efetivo por exploração, passando de quatro vacas leiteiras para 34. No mesmo período, a produtividade do efetivo leiteiro quase duplicou, atingindo em 2013 as sete toneladas de leite/vaca, superior à média da UE10. Também à custa disso, refere o INE, deu-se a especialização do setor a "um nível capaz de competir com os parceiros europeus".

De acordo com a mesma fonte, em 2015 foram recolhidos em Portugal 1,9 milhões



de toneladas de leite de vaca, cerca de 96% do total de leite de vaca produzido nesse ano. O Norte (bacia leiteira de Entre Douro e Minho) e a região autónoma dos Açores representavam, em média, cerca de 2/3 do total nacional, entre 2003 e 2015.

Fernando Cardoso, diretor-geral da Federação, explica à "Vida Económica" que "não se consegue encontrar um país onde os preços dos produtos lácteos sejam tão baixos", pelo que também é "difícilimo remunerar a matéria-prima a um valor superior", uma vez que "há todo um processo industrial até colocar o leite na prateleira que deve ser recompensado". Por outro lado, diz o diretor-geral da FENALAC, "o consumidor está disposto a pagar muito pouco" pelo produto.

Reconhecendo que "os produtores fazem um esforço muito grande" para se aguentarem em produção, o responsável da Federação mostra-se "preocupado", não tanto com o número baixo das explorações em atividade em Portugal, mas com a sua "competitividade".

Recorde-se que o país duplicou a produção de leite entre 1980 e 2015, passando de 970 mil toneladas de leite em 1980 para dois milhões de toneladas em 2015. O relatório "Estatísticas da Produção e Consumo de Leite 2015", publicado pelo

tura e 28 % do valor da produção animal) e o da produção industrial atingiu os 1378 milhões de euros (2016).

Preocupada com o decréscimo continuado do consumo de leite em Portugal nos últimos anos, a FENALAC lançou em outubro de 2017 uma campanha, intitulada "Quero Mais Leite", destinada a promover o consumo de leite pela população.

Já este ano, em abril, em conjunto com a CONFAGRI, a Federação organizou um fórum exclusivamente dedicado ao "Leite - Produto Nacional de Excelência", com o objetivo de divulgar e promover a imagem do leite e dos produtos lácteos nacionais. E o Presidente da República deu a cara pela "excelência" do leite português, elogiando os esforços do setor na promoção da qualidade do leite produzido em Portugal e falando na necessidade de "uma batalha de ideias, uma batalha cultural, de mentalidade", contra os que usam fundamentos falsos para



Fernando Cardoso, diretor-geral da FENALAC - Federação Nacional das Cooperativas de Produtores de Leite.

desconsiderar o leite na alimentação.

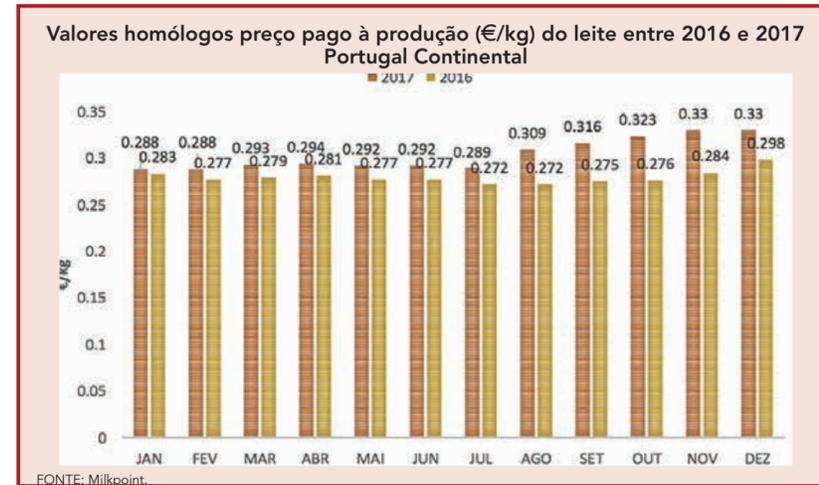
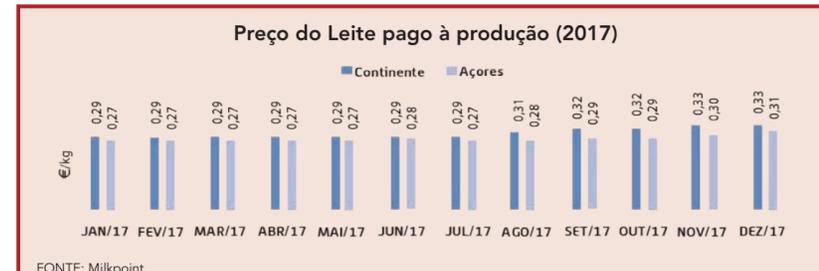
À "Vida Económica", Fernando Cardoso assume que a campanha visa "potenciar a tendência de crescimento" do consumo de leite que se tem vindo a registar - em 2016 deu-se um aumento equivalente a 75 quilos/habitante/ano no consumo de leite - e

"contribuir como fator de credibilização". E faz notar que as quebras acentuadas verificadas desde pelo menos 2008 são devidas a "interesses comerciais de produtos que se dizem equivalentes ao leite", assim como a "uma corrente de opinião que tenta descredibilizar a fileira do leite da produção ao consumo".

Em todo o caso, "em 2016 houve já um aumento dos consumos, porque o consumidor

está a começar a perceber que houve uma trama de argumentos falaciosos que agora começa a ser

desmontada". Desde o dia 1 de janeiro de 2018 entrou em vigor uma nova legislação nacional que obriga à indicação da origem do leite nas embalagens de produtos lácteos. O objetivo é permitir ao consumidor uma identificação fácil do produto com origem portuguesa e a conseqüente preferência pela produção nacional.



UE tem 380 mil toneladas de leite em pó em 'stock' com prazo de validade "a esgotar-se"

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

O eurodeputado do PCP Miguel Viegas questionou a Comissão Europeia sobre as cerca de 380 mil toneladas de leite em pó armazenadas em silos em vários pontos da Europa e que, de acordo com o conselho de ministros da Agricultura da União Europeia de outubro de 2017, continuavam "ao nível de janeiro desse ano". Ainda não teve qualquer resposta.

Miguel Viegas referiu, na per-

Por último, Viegas perguntou igualmente que medidas a Comissão pensa por em prática para reforçar os mecanismos da rede de segurança e que, na sua opinião, "estão longe de responder aos anseios dos produtores, designadamente ao nível do preço de intervenção".

Prazo de validade do leite "está a esgotar-se"

Em declarações ao "Vida Económica" esta semana, Miguel Viegas lamentou que, "apesar



gunta que formulou à Comissão Europeia, que, de acordo com o comissário Phil Hogan, "esta questão é prioritária".

Por outro lado, o eurodeputado comunista aludiu a informações vindas a público segundo as quais a Comissão Europeia "está a fazer pressão junto dos Estados-membros para não realizar qualquer operação de 'stockagem' pública em 2018, ficando, assim, o setor com menos um instrumento de regulação da oferta".

O eurodeputado considera que se está "numa situação de impasse, com o preço de intervenção (169,8 euros/100 kg) a continuar acima do preço de mercado médio do leite em pó para alimentação humana (162,9 euros/100 kg)".

Perante esses dados, Miguel Viegas questionou a Comissão Europeia sobre como pensa escoar os atuais 'stocks' de leite em pó sem desestabilizar o mercado. E também perguntou como está a situação da venda de leite em pó para a alimentação animal, onde o preço de intervenção "continua igualmente acima do preço de mercado (144,05 euros/100 kg contra 142,3 euros/100 kg)".

das nossas diligências e dos muitos alertas do setor, não há nenhum avanço" sobre a questão das cerca de 380 mil toneladas de leite em pó armazenadas nos silos da Comissão Europeia.

E esta situação "cria dois problemas". O primeiro, diz o eurodeputado, é "de caráter moral" e que se vai colocar "quando o leite em pó for ultrapassando o prazo de validade". E é "uma questão de meses" para que tal aconteça, uma vez que "o prazo de três anos está a esgotar-se para a maioria do leite em 'stock' que resultou de intervenções de 2015 e 2016".

O segundo problema, diz o eurodeputado que "irá rebentar quando o preço do leite começar a descer". Ai, "ou se alterarem os limites, ou não será possível retirar leite do mercado, não restando nenhum outro mecanismo para compensar o excesso de oferta", adverte Miguel Viegas, para quem esta situação só "demonstra a importância do sistema de quotas e a clara insuficiência da atual solução". Para o PCP, "a solução passa por usar o Programa Alimentar Mundial da ONU e escoar a leite em pó para quem mais precisa".

IMPORTADORES ESPANHÓIS CHEGAM A PAGAR 25 MIL EUROS POR UMA JUNTA DE BOIS

Carne 'Minhota' quer triplicar as vendas e aguarda designação DOP

Cinco anos depois da certificação da carne 'Minhota', a Agrominhota - Agrupamento de Produtores de Carne, Leite e Queijo de Raça Minhota garante que "estão criadas condições de ampliação da comercialização" do produto no comércio tradicional e nas grandes superfícies. Os hipermercados Continente e Intermarché já disponibilizam aos seus clientes e já há contactos com o Jumbo de Guimarães. O próximo passo é a atribuição do selo DOP - Denominação de Origem Protegida, cujo processo está em análise pela Comissão Europeia.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt



Atualmente existe um total de 12.835 animais vivos, 6896 fêmeas e 139 machos inscritos no 'Livro de Adultos', pelo que a criação da raça 'Minhota' "ainda não atinge índices de massificação". Para a presidente da Agrominhota, "importa agora que todos os portugueses a descubram, facto que já acontece em Espanha, país que é o maior importador deste produto". Teresa Moreira explicou à "Vida Económica" que os importadores espanhóis são "os melhores compradores da carne 'Minhota', chegando a pagar por uma junta de bois (cada animal pesa cerca de 1700 quilos) "25 mil euros". Depois de abatidos e de a carne ser maturada é vendida para restaurantes em Madrid e Barcelona.

A 'Minhota' é produzida na meia encosta e várzea do Entre Douro e Minho. No entanto, tem havido uma expansão da raça para o interior e sul, estando hoje dispersa por todo o Noroeste, havendo criadores aderentes ao Livro Genealógico nos distritos de Viana do Castelo, Braga, Vila Real, e Porto. Existem também pequenos núcleos dispersos pelo país, nomeadamente nos distritos de Bragança, Viseu, Aveiro, Évora, Setúbal e Leiria.

Carateriza-se por ser a única raça portuguesa de tripla aptidão: carne, leite e trabalho. Alguns destes animais atingem produções leiteiras superiores a 5.000 quilos aos 305 dias, teores butiricos e proteicos de 4,4% e 3,5%, respetivamente, e um elevado rendimento queijeiro. São indicados para produções diferenciadas e, pela sua rusticidade, estão particularmente bem adaptados a regimes extensivos e, em especial, ao modo de produção biológico. A produção de trabalho, que antes era relevante, é hoje residual, estando ligada a pequenos criadores que utilizam as vacas no transporte de erva, mato ou estrume.

Na produção de carne, a 'Minhota' tem "elevado desempenho produtivo". O principal produto é a vitela, ocorrendo a venda de animais para abate em média aos 6,2 ± 1,15 meses. 52,5 % dos abates de animais de raça 'Minhota' resultam em carcaças de categoria V (idade menor que oito meses), com um peso médio de carcaça de 149,6 ± 31,41 quilos. A vitela é uma carne que

apresenta uma "alta luminosidade, de tons rosados pálidos e um elevado índice de amarelo, próprio de animais não desmamados". As vitelas e vitelos são criados e abatidos em condições, peso e idade previamente definidos, "para que, dessa forma, se obtenha um produto de excelência". Os vitelos são alimentados à base do leite materno, permanecendo estabulados com as mães nos primeiros 15 dias. Após esse período são amamentados duas vezes por dia, saindo as vacas para a pastagem".

O desafio agora é a expansão desta raça e da sua comercialização, diz a presidente da Agrominhota, a qual "passará obrigatoriamente pela presença do produto num muito maior número de talhos que o atual".

Carne 'Minhota' no Continente "no país inteiro"

Nas grandes superfícies, a carne 'Minhota' está já disponível nos hipermercados Continente "no país inteiro", refere Teresa Moreira, assim como nos supermercados Intermarché de Ponte de Lima e de Braga. "Fomos agora contactados pelo Jumbo de Guimarães", diz a presidente da Agrominhota, mos-

trando-se confiante no sucesso desse contacto. Já ao nível da restauração, "também será feito o esforço de multiplicar a oferta desta carne nos respetivos cardápios". E já há "mais de duas dezenas de restaurantes que a oferecem", ainda que concentrados no Alto Minho, Minho e Douro Litoral.

conhecimento do público o que Teresa Moreira considera ser "o último segredo da produção nacional". "Desejamos que todos conheçam as características de uma carne que surpreende pelo sabor e composição, de uma raça produzida numa zona do país que oferece condições de produções excelentes, designadamente biológicas", acrescenta a também presidente da Apacra-Associação Portuguesa dos Criadores de Bovinos de Raça Minhota.

"A demonstração do valor nutricional e gastronómico da carne 'Minhota' deverá ser do conhecimento não só do consumidor final como dos profissionais da restauração", diz ainda Teresa Moreira, que está ciente de isso "implica um esforço de conquista do país de norte para sul, o qual permitirá que todos os portugueses descubram uma das nossas maravilhas da produção nacional".

Em todo este processo, a Apacra tem um papel "decisivo", nomeadamente no "desenvolvimento e melhoramento da raça, passando o futuro pelo empenho desta organização". Também é da sua responsabilidade a gestão do Livro Genealógico, por delegação da Direção-Geral de Veterinária. A Associação conta com um corpo técnico para o re-

Parâmetros produtivos da raça 'Minhota'

	Peso Vivo Médio (kg)		GMD (g/dia)		Carcaça (kg)		Rendimento de Carcaça (%)	
	M	F	M	F	M	F	M	F
Nascimento	48	46	-	-	-	-	-	-
3 meses	131	121	920,7	827,9	-	-	-	-
6 meses	247	217	1.294,4	1.069,8	158	130	55,68	52,47
9 meses	364	297	1.300,6	889,2	223	161	55,81	52,16
0-9 meses	-	-	1.171,9	928,9	-	-	-	-

gisto e identificação dos animais, para a recolha de dados genealógicos, produtivos e reprodutivos, acompanhamento das explorações e apoio aos criadores.

A Apacra tem ainda a seu cargo a gestão do Centro de Recria e Testagem da Raça Minhota, onde são recriados exemplares de interesse para o Livro Genealógico e onde é feita a testagem em estação dos machos candidatos a reprodutores.

A estratégia deste agrupamento de produtores passa, pois, por levar ao

Frulact inaugura fábrica no Canadá

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

O primeiro-ministro português, António Costa, presidiu ontem à cerimónia de inauguração da nova fábrica da Frulact em Kingston, Ontário, no leste do Canadá, onde a empresa investiu 20 milhões de euros e criou 55 postos de trabalho. O Governo canadiano apoiou este investimento com 3,9 milhões de euros (seis milhões de dólares canadianos), através da Agência Federal para o Desenvolvimento Económico para o Sul do Ontário 'FedDev Ontario' e do Fundo de Desenvolvimento do Este de Ontário.

Nesta fase inicial, "iremos criar cerca de 55 postos de trabalho, mas a fábrica pode crescer rapidamente, pois assenta no nosso 'kit' de fábrica modular", refere João Miranda, CEO da empresa, à "Vida Económica" aquando do arranque da laboração. A intenção é "abordar o mercado em duas frentes: primeiro o Canadá e, em paralelo, o Leste dos EUA", país para o qual já estão, aliás, a exportar. Também nos Estados Unidos, no Estado do Idaho, a Frulact adquiriu em 2013 um lote de terreno para fins industriais, onde assume vir a construir uma nova unidade.

A Frulact, fundada em 1987 e um dos cinco maiores 'players' nos preparados de fruta, que abastece as grandes multinacionais da indústria de laticínios, pastelaria, gelados e bebidas em todo o mundo, tem oito fábricas em três continentes: três em Portugal, duas em Marrocos, uma na África do Sul, outra França e a nova unidade no Canadá. Faturou 112 milhões de euros em 2017 e emprega 725 pessoas.

Ontário é a principal região do Canadá e a terceira maior na América do Norte na área da indústria alimentar, bebidas e tabaco, onde estão instalados importantes 'players' do setor. Em 2015, o Ontário empregava cerca de 40% da força de trabalho nesta área. Entre as companhias mais importantes instaladas em Kingston, onde opera a Frulact, estão a Parmalat, a Saputo Dairy Products, a Vantage Foods, a Kellogg e a Nestlé.

O Canadá, com 36,5 milhões de habitantes, é um dos países mais desenvolvidos do mundo (10ª maior economia mundial, em 2017), integra o G8 (grupo restrito que reúne os 8 países mais industrializados e desenvolvidos do mundo) e posiciona-se em 22º lugar (num universo de 190 países) no ranking 'Doing Business'.

De acordo com a ficha de mercado elaborada pela AICEP, no Canadá, em termos de estrutura económica, o setor dos serviços tem um peso elevado (cerca de 70% do PIB), seguido do industrial, considerado "pujante e tecnologicamente avançado" em áreas importantes como a indústria automóvel, máquinas e equipamentos, aeroespacial, indústria extrativa, entre outras, e que contribui com cerca de 28% para o PIB. O setor agrícola apenas representa cerca de 2% do PIB, ainda que o Canadá seja um importante exportador mundial de produtos agropecuários, sobretudo de carne (bovina e suína) e trigo.